

Introdução

As paisagens naturais propiciam momentos de contemplação e/ou reflexão. Possuem a característica de remeter para o que o meio rural e a natureza têm de mais belo e puro, mas também de nos recordarem os problemas e as constantes ameaças que as podem levar a desaparecer.

“Todas as civilizações, tenham elas criado as Pirâmides, o Parthénon, Notre Dame de Chartres ou o Empire State Building, nasceram sobre os três centímetros de solo vivo que constitui a película de Húmus, evoluem com a fecundidade desta fina camada fértil, degeneram e desaparecem com ela...”

André Birre

“Porque há lugares, meu Deus, que têm de ser mantidos. E é preciso que tudo isto continue, quando já não for como agora, mas melhor. É preciso que a vida do campo continue. E a vinha e o trigo e a ceifa e a vindima. (...)”

(Charles Péguy)

Constata-se que a desflorestação avança ao ritmo de 25 hectares por minuto, o deserto aumenta 1 hectare a cada 4 segundos e o povo rural desaparece aos milhões cada ano, onde simultaneamente, a população mundial sofre um acréscimo de 3 indivíduos por segundo. Logo, é urgente agir.

Hoje em dia, necessidades primárias como a água, alimentação e energia estão globalizados e afectam a todos, no planeta. Mas não é obrigatório que assim seja. Os problemas ambientais estão, de certa forma, ligados à economia e o futuro é limitado. É eminente o desenvolvimento de perspectivas a longo prazo.

As origens destas preocupações futuras, mas que já fazem parte do nosso presente, estão directamente ligadas à condição humana e até mesmo ao seu espírito. Todos os aspectos da nossa existência estão afectados ao ponto de, hoje em dia, sermos muitos à procura de soluções, na procura de um modo de vida mais respeitoso e responsável: na procura da qualidade de vida. Certa ser uma das causas do crescente êxodo rural, devido à procura de melhores empregos e de melhores serviços sociais. Mas esta ‘qualidade de vida’ não respeita a essência, as origens, as tradições e o socialismo do Homem.

Testemunho disso, são as aldeias ecológicas ou eco-aldeias ser cada vez mais numerosas (GEN2- Global Ecovillage Network), porque apresentam uma resposta real, da adaptação do Homem ao seu meio e ao seu tempo.

Para a conclusão do mestrado integrado em arquitectura, propõem-se o desenvolvimento de um projecto prático, de interesse social e ambiental: uma eco-aldeia de forma a (re)criar as suas raízes. Uma aldeia que se afirme como paradigma de defesa e preservação patrimonial de vocação turística, tratamento ecológico e valorização da paisagem. No fundo, o projecto prevê o envolvimento da comunidade local na promoção do seu próprio desenvolvimento. Não de uma forma isolada, mas em rede com outras infra-estruturas que serão lançadas no âmbito do mesmo programa de forma a captar o turismo através da recuperação de casas, na criação de restaurante, locais de relaxamento, do desenvolvimento de actividades ao ar livre, etc. Pretende-se a dinamização do voluntariado e associativismo; ajudar a informar e sensibilizar as pessoas para que optem conscientemente por uma vida mais sustentável a todos os níveis; desenvolvimento sustentável, fundamentado na conservação da natureza e na preservação da cultura e tradições que sobrevivem nos meios rurais; percorrer, conhecer e divulgar a vida no campo e nas aldeias, que apesar de árdua e difícil, guarda muitos segredos e valores que simbolizam o respeito e a ligação equilibrada do Homem com a natureza; estar atento sobre os problemas que afectam o mundo rural e a biodiversidade, intervindo na compatibilização do progresso com o desenvolvimento sustentável e com a conservação dos recursos naturais e na tentativa de divulgar e valorizar estes modos de vida, pretende-se criar novas ideias e linhas de acção para uma constante revitalização dos espaços rurais, recorrendo a novas tecnologias e renovando conceitos na busca de uma ruralidade moderna e dinâmica, mas também saudável e sustentável.

Pretende-se um lugar pequeno, onde é espontâneo estar com os amigos e os viajantes são recebidos de braços abertos.

Este trabalho cinge-se a uma área e a um projecto específico, a revitalização da Aldeia do Souto, do Concelho da Covilhã. É um projecto que utiliza o turismo como meio de reconversão e resolução de problemas, e que procura manter o carácter distintivo da região abrangida pelo programa.

Paisagem

“Uma paisagem invisível condiciona a visível.”

Ítalo Calvino em *As Cidades Invisíveis*

As metodologias de ordenamento de território, até aos dias de hoje, surgiram na sequência da prática de sobreposição manual de análises temáticas que versavam, por um lado, a vários factores de ambiente e, por outro, a factores da humanização da paisagem.

O objectivo é racionalizar a utilização do solo pelas actividades humanas, ao qual se designa por sustentabilidade ecológica. É necessário fazer uma interpretação dos dados, em termos de valoração dos recursos e classificá-los de acordo com os seus valores intrínsecos (endógenos) e extrínsecos (modificações ou adições humanas aos recursos naturais), a fim de se obter uma estrutura contínua. A importância desta estrutura contínua depende: duma estrutura geográfica facilmente reconhecível pelo público; integração da maioria dos recursos ambientais maiores, de modo a obter uma maior economia de meios, concentrando aí as medidas de protecção e as actividades de recreio; concentração das disponibilidades dos diversos grupos sociais e económicos, interessados nos vários recursos.

A partir do Plano de Ordenamento do Território será possível o conhecimento de zonas potenciais em relação ao uso do espaço. Desta forma permite uma abordagem ecossistémica da paisagem, que é o pretendido. Trata-se de uma visão holística, na qual se estuda a relação entre saúde do ecossistema global e as actividades que a degradam.

A atitude desejada é uma alteração fundamental, relativamente à prática que a antecedeu: reconhecer o papel da forma da paisagem e da forma da aldeia. No entanto, a atitude inclusiva não encara a forma, antes reconhece o valor, tanto das suas componentes intangíveis, que naquele mesmo período foram ignoradas, dando particular ênfase à necessidade de se revalorizarem estas últimas.

É indispensável valorizar igualmente a cidade e o mundo rural, do qual aquela depende, criando condições para o restabelecimento de ligações ecológicas e simbólicas entre estes dois mundos; aplicar o princípio de «pensar globalmente e agir localmente»; preferir uma estratégia flexível, que dê lugar a intervenções individuais, sejam elas privadas ou públicas, ao plano fechado, distanciado dos utentes e da realidade que

quotidianamente se constrói; considerar igualmente o espaço edificado e o espaço não edificado, reconhecendo que a concepção do espaço não edificado obedece a requisitos próprios, decorrentes da ecologia e dos valores simbólicos e culturais, aos quais se devem submeter os valores económicos e os interesses individuais; reconhecer, à forma da paisagem, o papel de protagonista das suas alterações, através da qual se integram, espacializam e tornam realidade os conhecimentos e as políticas sectoriais de transformação do espaço, para além de um objectivo, em si, a forma da paisagem é um instrumento de promoção da integração disciplinar e das políticas sectoriais.

A enorme barreira criada entre cidade e campo, da qual ela inevitavelmente depende, traduz-se não só em barreiras físicas, como na cada vez maior disparidade entre os respectivos modos de vida. Este afastamento entre cidade e o campo tem por consequência uma perda cada vez maior da consciência de que a vida humana depende da inter-relação entre as mais diversificadas formas de vida, incluindo nestas a vida biológica que, por sua vez, depende do equilíbrio ecológico de determinada paisagem. Desta forma, cidade e campo tornam-se em duas faces opostas e desconhecidas duma mesma moeda.

A necessidade sentida de defender uma nova qualidade de vida, sobretudo nas periferias urbanas degradadas e num campo votado à inutilidade social, passa por eliminar as roturas entre a cidade e o campo.

Não se deve tratar um sem ter em mente o outro, tem que existir um entendimento entre o natural e o cultural, e é desta forma que pretendo criar uma aldeia sustentável mas acompanhada com a tecnologia, de forma a agradar a todos, aos habitantes e aos turistas, alcançando a qualidade de vida.

Pretende-se criar uma paisagem natural, caracterizada por determinado funcionamento ecológico, onde a comunidade aprenderá a utilizá-la, assegurando (em principio) a sua perenidade, e, ao fazê-lo, desenvolverão determinada cultura que deixaram inscrita na paisagem, dando origem à tal paisagem cultural. Ecologia e cultura são portanto as duas vertentes que constituem os primeiros pressupostos da forma da paisagem.

Espaço Rural

A agricultura foi por muito tempo a base da economia, provendo a alimentação do Homem e ao mesmo tempo era uma fonte de rendimento, era por isso a actividade que concentrava maior número de pessoas. A revolução industrial veio alterar esta realidade, com o êxodo da população para as cidades que cresciam desordenadamente e a grande velocidade, as aldeias e os campos ficaram despovoados e a agricultura passou a ser praticada quase exclusivamente por grandes produtores com o auxílio de máquinas visando a produção em grandes quantidades e sua comercialização nos grandes agregados populacionais. Porém as recentes políticas de preservação do ambiente com o objectivo de criar um modelo sustentável, reconhecem a importância das áreas rurais e as suas características de espaço privilegiado de interacção entre o Homem e a natureza, transformando-as em instrumentos fundamentais para diminuir os problemas do planeta. Cientes da necessidade de preservar o meio rural, os vários estados membros da União Europeia apresentaram diferentes definições de áreas rurais adaptadas a cada país, mas que se baseavam essencialmente em critérios socioeconómicos, tais como padrões agrícolas, densidade populacional por Km², ou o declínio populacional. A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) identifica as áreas rurais como aglomerados populacionais com uma densidade populacional inferior a 150 habitantes por Km², são ainda apresentadas como locais onde a população se ocupa maioritariamente no sector primário, pois este organismo considera que a agricultura e as áreas rurais estão intrinsecamente relacionadas, pois sem a agricultura a vida rural deixaria de existir.

Para além de diferentes definições para áreas rurais entre os países da União Europeia, existem também diferentes tipologias, que se caracterizam e atribuem de acordo com a densidade populacional e os seus problemas tipo, como pressão da vida moderna a que determinada área está sujeita, pelo declínio rural e ainda pelo carácter de áreas marginais, conduzindo á sua distinção como áreas rurais integradas, áreas rurais intermédias e áreas rurais remotas. Um estudo de 1997 demonstra que aproximadamente 10% da população da União Europeia vive e trabalha em áreas predominantemente rurais, que ocupam 47% da área total da União Europeia. Por outro lado 60% da população está concentrada em áreas urbanas que representam menos de 16% da área da União Europeia. A Suécia, a Finlândia e a Dinamarca são os países em que a percentagem da população que vive em áreas predominantemente urbanas é mais baixa,

o oposto a esta situação encontra-se nos países mais industrializados como a Alemanha, Holanda, Bélgica, Reino Unido e Itália. Países como a Irlanda, Áustria, Grécia e Portugal apresentam uma estrutura “dual”, com uma percentagem alta da sua população a viver nas duas categorias extremas, predominantemente rural e predominantemente urbana. Na Espanha e na França a maioria da população vive em regiões de categoria intermédia.

Turismo Rural

Podemos considerar genericamente que turistas são viajantes, movidos pela necessidade, fé, prazer e ócio. A história do turismo está directamente relacionada com o desenvolvimento da riqueza, à melhoria das condições de vida e essencialmente aos avanços nos meios de transporte. O desenvolvimento do turismo regulou-se dentro de preocupações económicas, ambientais e sociais, reconhecendo que este legado é a base crucial para assegurar o seu futuro. Além disso, os novos modos de vida e o crescente desenvolvimento tecnológico, deram origem a novos valores na sociedade que precisam ser cuidadosamente combinados com a identidade regional/local, num mercado global que se pretende sustentável. Daqui surge a necessidade de uma avaliação dos impactos do turismo no ambiente e nas comunidades locais, com particular importância em áreas rurais de reduzida dimensão, nas quais os visitantes rapidamente estabelecem uma estreita relação com o local e os seus habitantes. O turismo rural não é um fenómeno recente na Europa, desde o início do século XX que se assiste a uma deslocação da população num período de férias para o campo, na procura de sossego e descanso. Este facto está estreitamente ligado com a migração para as cidades e um posterior regresso às origens, um fenómeno actualmente importante em muitos países de União Europeia. Este fenómeno conjugado com o desenvolvimento e crescente sofisticação do mercado promoveu um crescente interesse no turismo, aproveitado como um valioso instrumento para a diversificação da economia rural. Além disso na década de oitenta do século passado, assistiu-se a um interesse académico pelo conceito de turismo alternativo denominado “green/soft tourism”, ao qual se seguiu a implementação de vários projectos-piloto. Este modelo alternativo tinha como principais objectivos um turismo: integrado numa economia local diversa; que faz uso de produtos locais (artesanato, gastronomia, etc.); que fomenta a criação de emprego para os habitantes locais e contribuindo para o aumento da sua auto-estima; que respeita o ambiente e as tradições e modos de vida locais.

Destes objectivos conclui-se que o turismo rural não pode ser apenas entendido como o turismo que acontece em zonas rurais, que compreende não só tipos diferentes, como o agro-turismo, o turismo de natureza, mas que abrange também um ampla oferta de actividades directamente relacionadas com o local onde é feito. Em Portugal, numa primeira fase o turismo rural era praticamente restrito a uma classe privilegiada, dependente da existência de segundas casas em zonas rurais e de meios de transporte

próprio, anteriormente a casa familiar das pessoas que migraram para a cidade e que voltavam em férias, épocas festivas ou estação das colheitas. O primeiro indício do interesse do governo em áreas rurais evidencia-se na criação de Pousadas, que inicialmente eram hotéis estatais em lugares históricos ou com interesse paisagístico. A criação e desenvolvimento privado de casas senhoriais e solares, como forma de prover alojamento em áreas rurais tiveram origem numa iniciativa privada em meados dos anos oitenta na região de Ponte de Lima com o apoio do Programa Comunitário LEADER (Ligações Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural). O turismo de aldeia como forma de desenvolvimento da comunidade local surgiu mais tarde, facto a que não é alheia a emigração maciça nas décadas de 60 e 70 que provocou grandes transformações políticas e sociais. Como a maioria da população estava concentrada em zonas urbanas no litoral e a posse de automóvel era restrita, apenas alguns autocarros com turistas estrangeiros faziam visitas a muitas destas áreas rurais e pequenas aldeias, sujeitas ao despovoamento, desemprego, emigração e envelhecimento da população.

Turismo rural define-se então como algo que acrescenta valor turístico a: zonas rústicas, recursos naturais, património cultural, povoações rurais, tradições locais e produtos campestres; produtos de marca, ilustrativos de identidades regionais, suprimindo as necessidades dos consumidores em termos de alojamento, restauração, actividades de lazer e recreação; ao desenvolvimento local sustentável e como uma resposta adequada para as exigências de lazer da sociedade moderna, constituindo um novo pacto social e territorial entre cidade e campo.

Para estes objectivos serem alcançados o turismo rural fomenta a criação de várias infra-estruturas e serviços destinados aos turistas e visitantes como: alojamento, em casas privadas, em quintas ou na aldeia – hotéis rurais, parques de campismo – casas de aldeia etc., serviços de catering em casas, quintas, hospedarias e restaurantes; actividades desportivas ao ar livre como caminhadas, ciclismo, hipismo, pesca, caça, golfe, natação, vela, esqui, etc; actividades culturais locais em ecomuseus, tradições populares, itinerários culturais, monumentos, visitam a quintas e centros de artesanato local, actividades religiosas ou recreativas; criação de infra-estruturas, como comércio, serviços básicos e ainda postos de turismo e associações locais.

O turismo rural é então resultado de profundas alterações no meio rural, que procurou o desenvolvimento através da multiplicação de actividades e do reconhecimento do turista consumidor, espelho da sociedade moderna que procura novas formas de lazer e identidade. O turismo em áreas rurais tornou-se assim uma estratégia para a criação de

emprego, promove o envolvimento da comunidade, das autoridades locais e a cooperação municipal. Contribui para o desenvolvimento social, expresso também nas sinergias associativas estabelecidas, no formato público-privado, cooperação através de suportes financeiros suplementares, cooperação dentro de uma aldeia ou dentro de uma rede. No ano 2000 realizou-se em Constança um congresso intitulado “A nova aldeia nova é constituída pelas suas ideias”, da qual se conclui que o turismo rural é usado como forma de criação de emprego, desenvolvimento local e protecção ambiental, mas também que o mundo rural do século XXI não se pode limitar apenas á agricultura e ao turismo. É necessário propiciar uma nova autoconfiança a estas áreas com base em cinco novos perfis de aldeia: a aldeia das pessoas, a aldeia dos media, a aldeia da cultura, a aldeia do turismo e a aldeia das gerações. As populações locais ocuparão o lugar primordial no desenvolvimento de perfis de aldeia combinado com parcerias regionais, que permitirá a criação de identidades únicas e inconfundíveis.

Porquê uma aldeia sustentável?

Uma aldeia sustentável dará alma à ecologia. Para tal, é preciso agir com consciência e integridade, para criar um novo estilo de vida.

O problema ecológico requer soluções, e uma ecoaldeia é uma solução: é tempo de reabilitar o planeta; passando dos pensamentos e discursos para os actos.

Uma aldeia sustentável trará vários benefícios: uma vida "rica" numa aldeia ecológica auto-sustentável onde tanto os novos como os velhos se sintam em sua casa; uma comunidade que coloca o calor humano e a amizade em primeiro lugar; uma comunidade na qual todos são respeitados e na qual todos se empenham conforme as suas capacidades, segundo o seu ritmo e os seus interesses; um sistema de funcionamento económico que é durável, onde haverá participação na sociedade e que terá sempre em mente que a estrutura económica existe para servir ao povo mas que não exista à custa das pessoas ou do ambiente natural; um abastecimento da nossa alimentação por nós próprios usando, entre outros, métodos de cultivo duráveis, com a produção própria da energia que usamos, uma comunidade que tem os seus rendimentos próprios, originários do turismo, venda de produtos agrários, e outras fontes económicas introduzidas ou desenvolvidas pelos seus habitantes; uma localização ideal com um clima rigoroso, reservas aquíferas suficientes, terras férteis, atractiva não só turisticamente, mas também ao seu povo; uma privacidade e autonomia individual, mas é importante pensar como um grupo, trabalhar juntos e fazer as festividades juntas aonde fortalecerão os laços, entre outros.

As aldeias ecológicas são cativantes e representam um investimento a longo prazo. Existe uma procura cada vez maior por um estilo de vida natural e saudável, ocorrência demonstrada pelo aumento do turismo rural, das actividades ao ar livre, da moda "bio", da crescente procura por energias renováveis... Não é uma casualidade de os publicitários utilizarem o ambiente e a crise como alvo para os consumistas.

O meio ambiente é um factor económico de muita importância, facto reconhecido por cientistas, economistas e políticos. É uma aposta com futuro. Os hábitos de consumo ocorrerão inevitavelmente: o planeta é limitado e está a ser explorado ao máximo. Nesta circunstância todos os aspectos da nossa vida quotidiana serão modificados: a alimentação, o abastecimento de água, a origem de energia, transportes.... As iniciativas neste domínio da sustentabilidade devem ser apoiadas e encorajadas. Uma qualidade de

vida é concebida através de um ambiente saudável, ar e água puros, espaços verdes para áreas de lazer e de cultivo e uma saudável alimentação.

Surgirá um aumento da economia local através de: do sector industrial (construções, materiais, energias renováveis...); do turismo, com o desenvolvimento de espaços de acolhimento, de divulgação e de projectos eco-turísticos (turismo rural, caminhadas, passeios pedonais ou de bicicleta...); da agricultura (produção de frutas e legumes, plantas, reflorestação); do artesanato (oficinas de formação e de produção), ao qual implicam a criação de postos de trabalho, o dinamismo e a revalorização do meio rural e o melhoramento da imagem da região da Beira Interior.

Memória descritiva

Território e população

A região em estudo enquadra-se, na região da Serra da Estrela, uma formação montanhosa constituída essencialmente por granitos e xistos, apresentando planaltos alongados, em que as altitudes vão diminuindo gradualmente até à região da Guarda, dominando nas regiões periféricas das terras baixas, os vales do rio Mondego e do Zêzere.

A Aldeia do Souto é uma freguesia portuguesa do concelho da Covilhã (tendo latitude de 40.37°N e longitude de -7.40°W) com 10,21 km² de área e 213 habitantes. O que corresponde a uma densidade populacional de 20,86 hab/km².

Geograficamente a aldeia situa-se num local privilegiado, localizada a norte do Concelho da Covilhã, numa aba da Serra dos Barreiros Branco a uma distância de 8 km da vila de Belmonte (referência histórica) e 14 km da Covilhã.

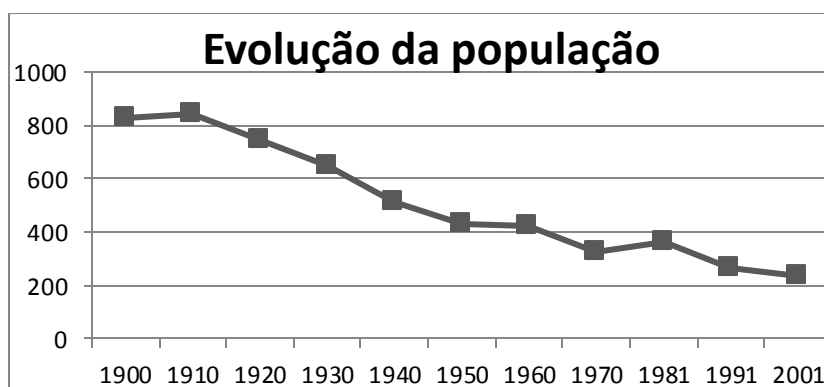
É uma aldeia constituída principalmente pelo seu povo e algumas quintas anexas, sendo delimitada a sul pela freguesia de Orjais, a este pelo rio Zêzere e a nordeste pela freguesia de Vale Formoso.



Fig. 1: Localização (Fonte: http://netin.ese.ipcb.pt/cp_patrimonio/images/mapa_concelho_covilha.pt em 3/8/2009 e modificada por Telma Faria)

A paisagem, a biodiversidade e os modos de vida do povo da Beira Interior torna uma das regiões mais privilegiadas do país, principalmente para quem procura um contacto próximo e genuíno com a natureza e com o mundo rural. Para tal escolhi uma aldeia existente com problemas demográficos e em vias de desertificação: a Aldeia do Souto.

Como na generalidade do interior de Portugal, a região da Cova da Beira registou um decréscimo populacional até 1991, em virtude da ausência de condições de desenvolvimento, as quais vão desde a fraca acessibilidade até ao decréscimo da agricultura e da indústria e à falta de alternativas de trabalho. Mas a partir dessa data comprova-se a existência de movimentos de crescente concentração populacional, com migrações no termo concelhio (sendo a Aldeia do Souto uma delas), para a respectiva sede de concelho e zonas de maior acessibilidade viária. Mas apesar da cidade da Covilhã se apresentar em crescente expansão e desenvolvimento, a Aldeia do Souto (como outras aldeias do concelho) apresenta vários problemas, nomeadamente a desertificação que vem anexada com o despovoamento, facto concluído através do gráfico.



Idades(anos)	Homens	Mulheres	Total	%
0-5	0	1	1	0.6
6-14	7	8	15	7.0
15-24	2	8	10	5.6
25-34	6	5	11	5.9
35-49	12	15	27	13.1
50-65	19	29	48	22.9
+65	46	55	101	44.9
Totais	92	121	213	100
(%)	43,5	56,5	100	

Fig. 2 e 3: Evolução da população e estrutura etária (fonte:INE)

Após a análise da estrutura etária, conclui-se que existe nitidamente um grande desequilíbrio dos seus escalões por sexo e por idade. Trata-se de uma população extremamente envelhecida já que 67,8% desta tem mais de 50 anos, tendo 44,9% indivíduos mais de 65 anos. Nos escalões etários (15-49 anos) que contam com 24,6% de indivíduos, verifica-se um certo equilíbrio numérico na relação homens/mulheres. Esta tendência não se verifica nos últimos escalões etários (+ 65 anos) onde se observa que na relação homens/mulheres existe uma predominância do sexo feminino sobre o masculino, denotando uma maior taxa de mortalidade nestes escalões etários, por parte do sexo masculino em relação ao sexo feminino. O índice de envelhecimento apresenta valores bastante elevados, de 323%, comparativamente ao mesmo índice no concelho de Covilhã, que é de 132,5% (censos 91). Relativamente à taxa de fertilidade que relaciona o número de crianças com menos de 5 anos com o número de mulheres em idade fértil, conta com um valor percentual bastante baixo, de 11%, o que reflecte bem o envelhecimento e a quebra de taxa de natalidade sobre a taxa de mortalidade.

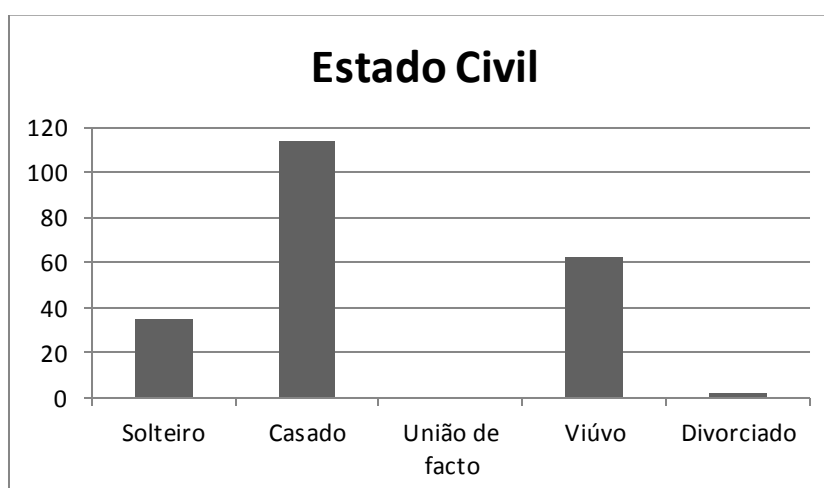


Fig. 4: Estado civil (fonte:INE)

De acordo com o observado no gráfico, a Aldeia do Souto apresenta uma distribuição tradicional quanto ao Estado Civil, distribuído pelos itens de casado, viúvo, solteiro e divorciado, com maior relevo nos dois primeiros. Mais de metade da população inquirida (53,5%) distribui-se pelo estado civil de casado, dado que na Benfeita existem muitos casais, principalmente idosos. 29,1% da população abrange o estado civil de viúvo, onde a incidência é maioritária no sexo feminino e apenas 16,4% da população faz parte do estado civil solteiro, o que reflecte muito bem o facto de existirem poucos jovens, em virtude dos casais terem apenas um ou dois filhos, o que de certa forma compromete a evolução da população em termos de crescimento. Os divorciados não

apresenta pouca relevância, o que demonstra que o casamento continua bem presente nesta comunidade tipicamente rural, onde os valores matrimoniais são marcantes.

Em termos administrativos, pertenceu ao concelho de Valhelhas (Guarda) desde 1835 até 1855, passando nessa data para o concelho da Covilhã. O nome da freguesia é de origem botânica e provém da abundância de castanheiros ou soutos de que era fértil a região, os quais atacados por doença no início do século, foram reduzidos no seu número, contudo e segundo o Dr. Alexandre Carvalho Costa em *Lendas, Historietas e Etimologias Populares e Antigas Etimologias respeitantes a Cidades, Vilas, Aldeias e Lugares de Portugal Continental*, refere: "Aldeia do Souto - deve de facto, significar uma "aldeia" lavrada (sentido de território agrário) em sentido antigo era (e ainda hoje não desapareceu de todo, pelo menos literariamente) o de mata de quaisquer árvores selvagens". Outros autores, no entanto, não concordam com esta tese.

Quanto a acessibilidade pode-se dizer que dispõe de uma boa rede viária, com transportes diários, quer para Belmonte, quer para a Covilhã e os habitantes não apresentam qualquer queixa em relação a isso (segundo o questionário realizado a 40 pessoas da aldeia onde 100% respondeu estar satisfeito com os acessos).

As actividades económicas praticadas no local são principalmente a agricultura, fruticultura, pecuária. A freguesia vive do sector primário, havendo extensas propriedades com aptidão para as culturas agrícolas, nomeadamente a batata e o feijão, mas os pomares de pessegueiros predominam esta zona. Os habitantes locais fazem da criação de animais para consumo próprio (porcos, galinhas, etc), que de certa forma reflecte na economia local. Também é praticado a caça ao coelho bravo ou à perdiz. Industrialmente nunca houve evoluções, permanecendo á margem do progresso. Inclusivamente, os dois lagares de azeite que existiam, há muito que deixaram de laborar. Os postos de trabalho apenas existe no meio rural, na construção civil ou nalguma fábrica de confecções da vila de Belmonte.

Relativamente ao ensino, existe uma escola primária (Escola EB1 de Aldeia do Souto) apenas com sete alunos. A aldeia possui também um campo de jogos nas proximidades da Capela de S. João.

A vida social roda em torno de um café e duma loja, que animam a localidade, nas festas e romarias (a festa de São João Baptista a 24 de Junho e a festa de Nossa Senhora do Carneiro que se realiza no segundo domingo de Agosto, com a duração de 3 dias), nos jogos tradicionais como o jogo da Malha, o jogo da Raioula e o jogo da Bilharda.

Ao nível do património cultural e edificado, destaca-se principalmente construções de carácter religioso: Igreja Matriz, que foi reconstruída, com linhas clássicas, conservando alguns vestígios de origem, ou seja, românicos, a já nomeada capela de S. João Baptista (padroeiro da terra), a capela da Sra. do Carneiro, que apresenta uma imagem muito antiga de Nossa Senhora, a fonte Maria Janeira, o Arco de São João, a Fonte da Biquinha e a estátua do Dr. Januário Barreto.



Fig. 5: Igreja matriz.

Esta zona apresenta um clima temperado com uma temperatura média anual na ordem dos 12°C, sendo o mês mais quente e seco, o Agosto (atingindo 43°C) e o mais frio o de Janeiro (atingindo -4°C). A chuva ocorre principalmente no mês de Dezembro, mês em que ocorre, igualmente, o maior número de dias com nevoeiro. A queda de neve verifica-se essencialmente nos meses de Dezembro a Março, sobretudo acima dos 700m de altitude. O relevo é muito acidentado com fortes inclinações. Relativamente à ocupação de solo, foram identificadas três áreas distintas: uma área edificada (sobretudo residências), áreas agrícolas (campos agrícolas, pastagens e terraços agricultados) e áreas florestais (onde se distinguem áreas de matos e áreas de matos com pinhal).

Sob o ponto de vista da vegetação e da fauna a área de estudo encontra-se bastante alterada. Na zona mais alta predominam os pinhais, intercalados por áreas de matos

onde dominam os sanganhos e giestas. Nesta área é possível ainda encontrar alguns carvalhos. Na zona mais baixa predominam as pastagens em regime extensivo, pastoreadas por ovinos e, a vegetação constituída por salgueiros, amieiros e sabugueiro que ladeiam as linhas de água existentes. Existe também vários tipos de aves como os chapins, os pica-paus, a poupa ou a coruja-do-mato e de mamíferos como o coelho, a raposa, o javali ou a fuinha.

No que respeita á qualidade da água, verifica-se que de um modo geral que as águas apresentam boa qualidade, podendo inclusive destinar-se ao consumo humano, após tratamento adequado. Quanto à qualidade do ar pode-se considerar que nesta zona não apresenta problemas em termos de poluição atmosférica.



Fig.6: Vista geral da aldeia.

Políticas de desenvolvimento sustentável

Ainda que o ser humano não seja o organismo mais abundante no globo terrestre, é considerado como a espécie dominante do planeta, isto devido à sua capacidade de manipular o ambiente, de desenvolver e utilizar uma ampla variedade de recursos bióticos e minerais, provocando a deslocação ou eliminação de outras espécies, produzindo impactos ambientais significativos no meio envolvente. A utilização da terra, quer seja urbana, rural ou costeira constitui uma parte funcional do ecossistema, e tal como todos os organismos que compõem um ecossistema, os seres humanos dependem dos recursos ambientais existentes. Apesar dos esforços feitos pelo Homem visarem essencialmente uma melhoria da condição humana, este frequentemente se esquece ou negligencia os impactos que provoca em sistemas naturais como a água, o ar, os solos e o mundo biótico em geral que na sua totalidade compõem o ambiente. Da cimeira do Rio de Janeiro (1992) resultaram vários princípios que visam a protecção ambiental, dando ênfase à responsabilidade de cada país na diminuição e resolução dos problemas mundiais, como a diminuição da camada de ozono, a desflorestação etc. A importância e a ênfase conferida à protecção ambiental, difundiu uma nova perspectiva a nível mundial, resultante dos desenvolvimentos tecnológicos e da capacidade do ser humano de controlar o ambiente e as suas limitações, deu origem a uma nova atitude relativamente aos elementos naturais, que se traduz numa maior preocupação. Contudo, e essencialmente devido a diferenças culturais, à falta generalizada de participação e consciencialização, e à permanência em várias áreas do globo terrestre de problemas graves, tais como guerras, pobreza, fome e epidemias, este conjunto de medidas aceites a nível mundial, continuam a enfrentar dificuldades na sua aplicação a nível nacional. O desenvolvimento sustentável assenta em conceitos chave como gestão integrada e interdependente, apoiado pelos princípios de equidade intergeracional, e pelo princípio preventivo, tendo em conta o uso racional dos recursos terrestres e procurando evitar, entre outros, problemas de poluição, exaustão dos recursos e desflorestação. Quanto ao sector turístico, o desenvolvimento sustentável assume uma importância crucial e deve ser abordado fora de conceitos efêmeros ditados por “modas”. A inexistência de uma abordagem sustentável de desenvolvimento leva muitas vezes a impactos ambientais e sociais graves e de difícil resolução. O turismo sustentável carece por isso de envolver os processos locais de desenvolvimento turístico. O turismo rural sustentável tem como

principais funções o planeamento da área em causa; uma delimitação da utilização presente e futura das áreas rurais, o que permite uma visão a longo prazo; a promoção do desenvolvimento económico e da utilização apropriada das áreas rurais, conduzindo a uma diversificação da actividade rural e promovendo o ecoturismo; a manutenção de recursos; a protecção do enquadramento ecológico das áreas rurais; a preservação da diversidade biológica, assegurando uma utilização sustentável; harmonizar e equilibrar existentes e potenciais formas de utilização; garantir a segurança pública em áreas rurais e florestais tipicamente sujeitas a catástrofes naturais ou acidentes provocados pelos seres humanos. A crescente importância do turismo como agente de desenvolvimento equilibrado deve ser analisada considerando os seguintes aspectos: contexto; princípios orientadores e principais actores envolvidos; objectivos para atingir uma gestão integrada da qualidade; plano de actividades; qualidade ambiental e aplicação local dos princípios da agenda 21; medidas e instrumentos de controlo e resultados.

A avaliação do contexto no qual determinado projecto é implementado, os princípios orientadores, os actores envolvidos, os objectivos visando atingir uma gestão integrada da qualidade, o plano de actividades com vista a atingir a qualidade ambiental e a aplicação local dos princípios da Agenda 21, são etapas fundamentais para o desenvolvimento bem sucedido a longo prazo de um projecto turístico. No entanto, medidas e instrumentos de controlo são também elementos importantes num processo de avaliação contínua dos resultados.

Metodologia de trabalho

Foi realizado um inquérito destinado a quarenta habitantes da aldeia (no dia 17-5-2009) de modo a poder adquirir melhores conhecimentos (da opinião dos habitantes locais) sobre este local. As perguntas variam desde a situação pessoal do habitante (idade, sexo, o tempo da vivência na aldeia...), até à situação pública da aldeia (disponibilidade de bons serviços, acessibilidade, turismo...)

De uma forma geral, o que se destaca mais das respostas adquiridas são: a população é maioritariamente idosa (60% das pessoas que responderam tinham mais de 65 anos, mas é preciso ter em conta que o inquérito foi feito das 14h às 19h, e os habitantes que mais frequentam a aldeia, nesse período, são pessoas que não trabalham); que 70% sempre morou na aldeia, e 20% mudou-se devido ao matrimónio; não querem mudar para outra localidade (100%); que antigamente havia muitos mais habitantes (100%); consideram a aldeia sossegada (70%); não apreciam o movimento, o barulho e confusão (90%); em relação aos serviços, que faz falta jardins (70%), e que estão contentes em relação ao comércio (90%) e à saúde (70%); existe boa acessibilidade (100%), costuma ser visitada por turistas (55%), mas que 100% apreciam estas visitas e que fosse visitada por mais turistas; em relação às habitações 100% das pessoas responderam que existe muitas casas que deveriam ser restauradas.

Deste inquérito posso concluir que os habitantes apreciam bastante a sua vida rural, que não querem modificar o seu estilo de vida e que apreciam as visitas de turistas. Para tal, escolhi uma zona com problemas, na zona central da aldeia (ao lado da igreja), onde encontram-se um aglomerado de casas danificadas, completamente abandonadas, mas com características bastantes particulares que identificam a zona e que também se encontra num local privilegiado (no cimo da montanha).

Este projecto define uma metodologia geral de intervenção em casos de reabilitação de edifícios antigos/históricos. Realizou-se uma ficha-síntese, tipo de inventário, tanto da via como das fachadas, para facilitar o registo da caracterização arquitectónica (anexoI). Após o estudo destas pude verificar que a maioria se encontra desabitada, e algumas desintegradas. Como solução para um parque de estacionamento resolvi demolir a casa 8 e 9 (visto não terem nenhum interesse arquitectónico, estarem desabitadas, e estarem completamente desintegradas), desta forma vai solucionar o problema da passagem de veículos.

O resto das casas desabitadas serão todas restauradas de acordo com o programa proposto. As casas que se encontram habitadas (1, 2, 17 e 18), apenas receberão um tratamento de restauração das fachadas. Apenas as casas desabitadas serão modificadas e farão parte do turismo rural.

Igualmente, foi elaborado um programa que pretende revitalizar o centro da aldeia: restauração das fachadas das casas habitadas e da rua; para as casas que se encontram desabitadas será proposto uma recepção, casas destinadas para turismo rural (que vão albergar os turistas), um restaurante, um bar e um SPA. Este programa destina-se para um propício turismo rural, que responde de forma sustentável ao problema da aldeia. Deste modo atrairá mais pessoas para a aldeia, os habitantes serão os exploradores deste comércio, o que só trará benefícios para a população e a restauração terá em conta soluções ecológicas e sustentáveis. Ou seja, deste modo, o turismo será como promotor do desenvolvimento rural. É ainda um projecto que utiliza o turismo como meio de reconversão e resolução de problemas, e que procura manter o carácter distintivo da região abrangida pelo programa.

Conceito

As casas onde interfeiri encontram-se bastantes degradadas, como se pode verificar nas fichas síntese de inventário. As plantas interiores não me foram fornecidas, mas como pude observar através dos orifícios das portas corroídas e das janelas, muitas delas sem vidro), pude concluir que se encontram bastantes danificadas. A minha filosofia é de apostar nos interiores, visto que os exteriores não serão alterados (apenas restaurados). Como são casas de pouca área e o elemento estrutural destas serem as paredes exteriores, tenho o caminho livre para criar interiores com ambientes bastantes agradáveis. Outras filosofias são: funcionalidade, uso de matérias sustentáveis, espaços amplos e originalidade.

De salientar que o levantamento das fachadas foi realizado a partir de fotografias, devido à inexistência das mesmas, e que foi utilizado para a realização do presente dossier, é fruto de um levantamento de fachadas pouco rigoroso, devido à estreita largura da rua.

Existem duas zonas distintas: uma zona de carácter íntimo constituída por um núcleo de casas viradas para uma rua bastante interessante (zona A) e uma zona pública constituída pelo parque de estacionamento, pelo SPA, o restaurante e serviço (zona B).



Fig.7: Distinção das duas zonas

Recepção

Para a recepção, optei por uma casa de fácil acesso e de boa visibilidade. Encontra-se numa zona privilegiada, por estar no centro da aldeia, ao lado da igreja, sendo ela um ponto de referência, e de fácil identificação.

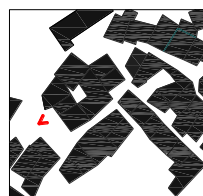


Fig. 8: Foto

Contém dois pisos, um telhado tradicional de duas águas e a fachada principal está virada para sudoeste. Em anexo encontra-se um pequeno parque de estacionamento, com 6 lugares, onde será usado apenas para fazer o check-in e após este acto, o veículo será conduzido para o parque de estacionamento principal, com 22 lugares.

Esta casa possui um alpendre, que transmite, desde o primeiro contacto dos clientes com a aldeia, uma sensação de ruralidade e características bastantes particulares da zona. Tendo esta casa pouca área, tentei reduzir ao máximo as divisões para um bom funcionamento, e o resultado é: no piso térreo encontra-se a zona de serviço, composta por um balcão longo e um acesso vertical que dará acesso apenas ao escritório e uma zona pública, composta pela zona de atendimento aos clientes. Ambas estas zonas serão auxiliadas por uma casa de banho ampla. Como já referi, perante à escassez de espaço, tentei ser a mais económica e funcional possível, por isso optei por apenas uma casa de banho (que servirá para o sexo feminino, masculino, para serviço e dentro das normas para satisfazer as pessoas com mobilidade condicionada), em vez de colocar três divisões para o mesmo efeito. No segundo piso encontra-se também uma zona de

serviço, composta apenas pelo escritório auxiliada pelos elementos necessários para um bom funcionamento.

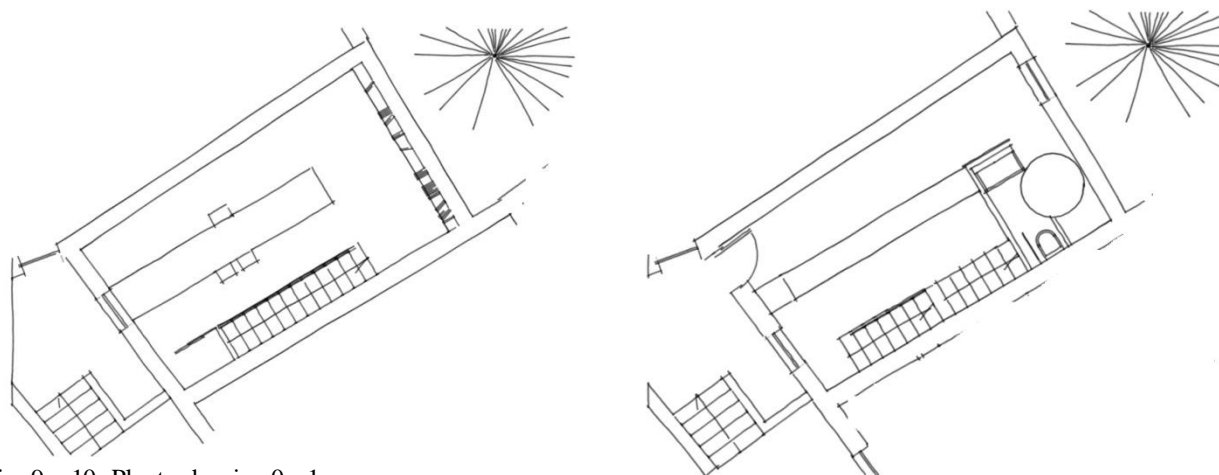


Fig. 9 e 10: Planta do piso 0 e 1.

Nota-se a geometria da planta e a forma pensada em como resolve o programa.

Quanto à luminosidade, preocupei-me em criar jogos de luz, de forma a beneficiar a quem trabalha e a quem está a ser servido. A casa contém duas janelas, uma no piso térreo e outra no primeiro piso. Acrescentei uma terceira do lado oposto a estas que transmite uma visão bastante agradável da cavidade que se encontra nesse núcleo de casas. Neste lugar encontra-se uma árvore, que será mantida. Este elemento transmite paz e mais importante que o cliente encontra-se num sítio natural e sossegado. Optei por esta janela também para haver uma melhor ventilação dentro do edifício, e assim deste modo haverá mais correntes de ar, ajudando de forma natural, sem custos um melhor funcionamento sustentável.

Casa A

A casa A é a que se segue após à recepção, delineando o canto da rua. Possui uma planta interessante, por parecer-se com um quadrado deslocado. É composto apenas por um piso, um telhado tradicional de uma água e a fachada principal está virada para sudeste.

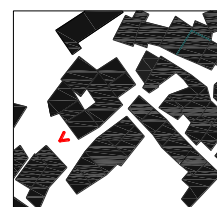


Fig. 11: Foto.

Para criar um espaço amplo, optei por não colocar nenhuma porta (apenas na casa de banho) e na parede que dá acesso aos compartimentos, não existir uma parede fixa, mas uma parede amovível. Este processo funciona como uma porta que ocupa a parede inteira e que desliza. Assim só serão fechadas quando as pessoas quiserem privacidade. Fora isso, a casa estará sempre aberta recebendo luz na sua totalidade.

Apenas com um piso, possui: dois quartos, uma casa de banho e uma kitchenet. Na zona em frente a estas compartições encontra-se a sala de estar e jantar.

Optei por abrir mais duas janelas para melhor luminosidade e melhor ventilação. O sítio onde se encontram estas é que definirá o sítio da sala de estar e da sala de jantar.



Fig. 12: Planta do piso 0 e -1..

Casa B

A casa B é a que se segue logo à casa A. É composta por dois pisos, um telhado tradicional de duas águas e a fachada principal está virada para sudeste. A entrada será feita a partir do segundo piso, através dum as escadas já existentes, que irei manter por ter interesse arquitectónico e histórico.



Fig. 13: Foto

E são estas escadas o foco deste edifício, por isso decidi nesse piso colocar a zona mais publica: a sala de estar, a kitchnet, a sala de jantar e o acesso vertical, que dará acesso ao piso inferior. Nota-se o pormenor da escada, que está organizada de forma funcional, onde aproveitei interior da escada e servirá como armário (o mesmo se passará na casa C). O piso inferior é constituído por dois quartos e uma casa de banho, com a mesma filosofia de usar o menos possível, substituindo estas por paredes amovíveis, criando espaços amplos, aproveitando a pouca luz das escassas janelas, apenas a casa de banho é que tem porta de todas as partições da casa.

A porta original do piso inferior converte-se para uma janela, visto não ter qualquer utilidade, e o meu objectivo é de os clientes subirem as escadas tradicionais e

contemplarem a rua tão característica e cheia de pormenores arquitectónicos. Optei por abrir mais duas janelas para melhor luminosidade e melhor ventilação, já que estas se encontram no lado oposto da que já possui janelas.

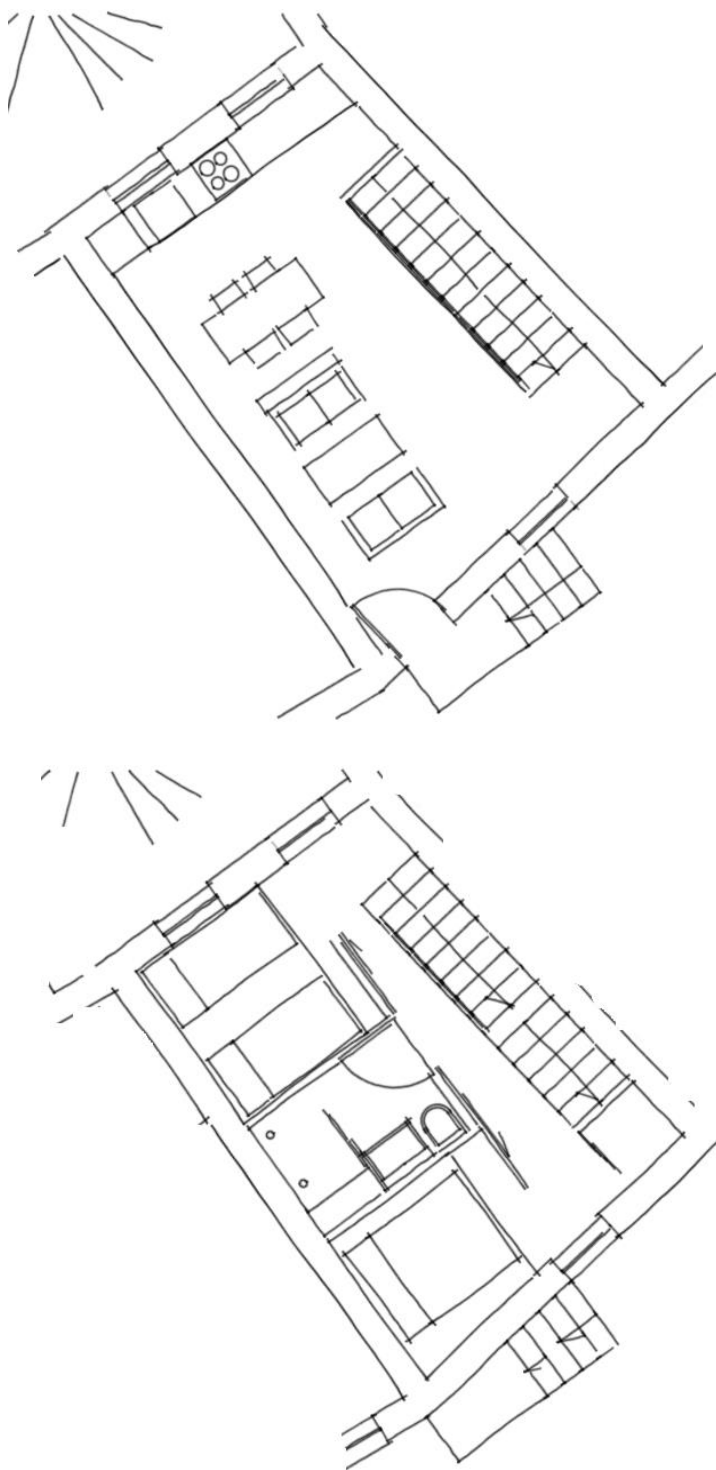


Fig. 14 e 15: Planta do piso 0 e -1.

Casa C

A casa C, que se encontra após à casa B, possui uma particularidade: contém bastante área e desta forma posso aproveitar e sugerir mais quartos. Esta casa será destinada a duas ou três famílias, com filhos, que queira estar em união. É composta por dois pisos, um telhado tradicional de duas águas e a fachada principal está virada para sudeste. O mesmo que se passa na Casa B, a entrada será feita a partir do segundo piso, através das escadas existentes com valor histórico.



Fig. 16: Foto.

A disposição dos compartimentos segue a mesma filosofia da casa anterior: no piso superior encontra-se, na maior parte, a zona pública e no piso inferior encontra-se a zona íntima. Desta forma, o piso superior é constituído por: sala de estar, sala de estar, kitchnet, casa de banho e um quarto, por esta mesma ordem. O piso inferior é constituído por: 4 quartos e uma casa de banho. A escada é aproveitada para ser armários.

As duas portas originais do piso inferior converteram-se para duas janelas com o mesmo propósito da casa anterior. Optei por abrir mais duas janelas para melhor luminosidade e

melhor ventilação, já que estas se encontram no lado oposto da que já possui.

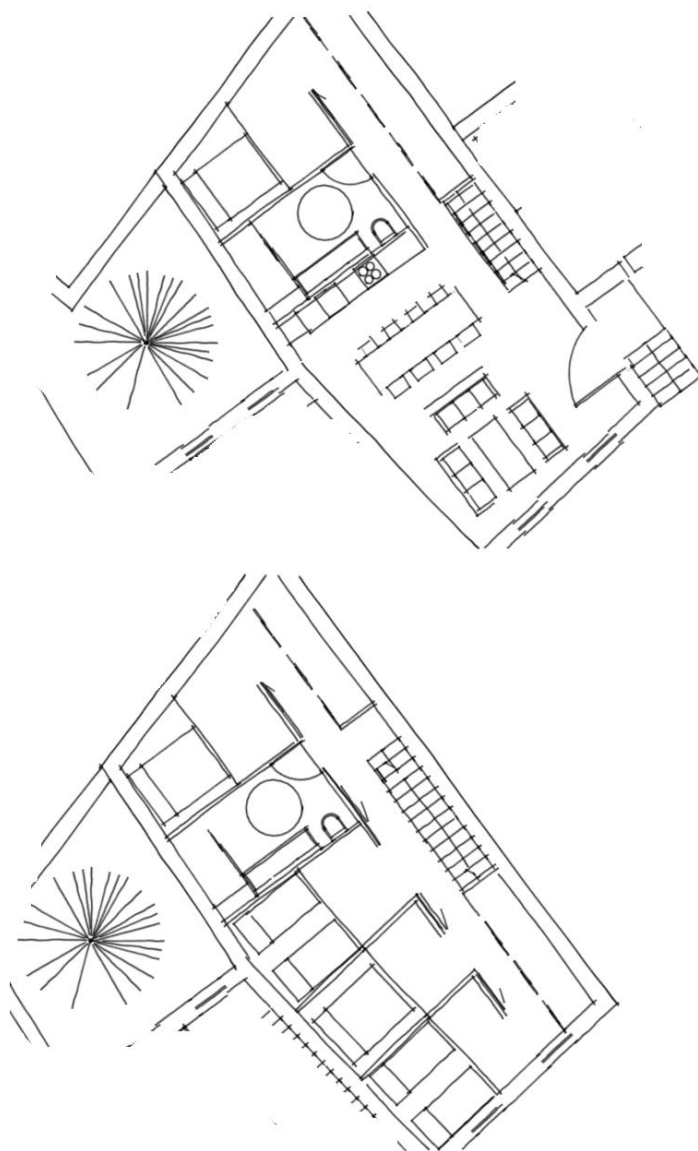


Fig. 17 e 18: Planta do piso 0 e 1.

Casa D

A casa D é o culminante da rua e decidi unir as duas casas, visto serem tão pequenas. Esta casa será destinada a amantes porque possui só um quarto. É composta por um único piso, um telhado tradicional de duas águas e a fachada principal está virada para sudeste.



Fig. 19: Foto.

O piso é constituído por um quarto, sala de estar e jantar, kitchenet e uma casa de banho, e mais uma vez apenas a casa de banho tem porta, o resto das divisões são amplas aproveitando a luz das janelas já existentes.

Uma das portas converteu-se a uma janela, visto não ter utilidade nenhuma.

Não foi necessária abrir mais janelas porque a parede oposta da fachada principal é também uma parede de uma casa.

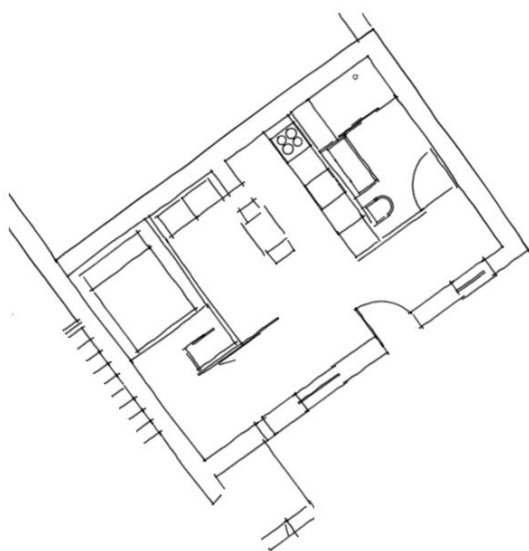


Fig. 20: Planta do piso 0.

Casa E

As restantes duas casas encontram-se no lado oposto da rua. A casa é constituída por um piso e um telhado de duas águas e a fachada principal está virada para sudeste. Esta casa será destinada a duas famílias, visto possuir 4 quartos.

O piso é composto por 4 quartos, uma casa de banho e uma ampla sala de estar e jantar e uma kitchenet. Apenas a casa de banho possui porta, o resto estará sempre aberto criando espaço abertos e amplos. Não foi necessária abrir mais janelas porque na parede oposta da fachada principal já existe, desta forma a ventilação natural será feita, sem custos.



Fig.21: Foto.

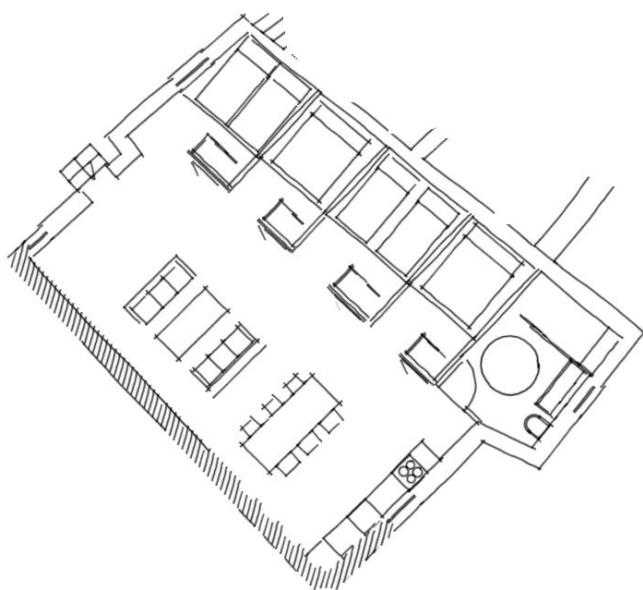


Fig.22: Planta do piso 0

Casa F

A casa F é uma casa semelhante da casa D, onde decidi unir as duas casas, visto serem tão pequenas. Esta casa será destinada a amantes porque possui só um quarto. É composta por um único piso e telhado tradicional de duas águas e a fachada principal está virada para noroeste. Esta casa possui uma particularidade por ter bastantes vãos, assim, no corredor que se encontra em frente das divisões, encontra-se sempre iluminado.

O piso é constituído pela sala de estar e jantar, kitchenet, casa de banho e um quarto (que possui acesso independente, visto a entrada ser bastante interessante), e mais uma vez apenas a casa de banho tem porta, o resto das divisões são amplas aproveitando a luz das janelas já existentes.

Duas das portas converteram-se a janelas, visto não terem utilidade nenhuma.



Fig. 23: Foto.

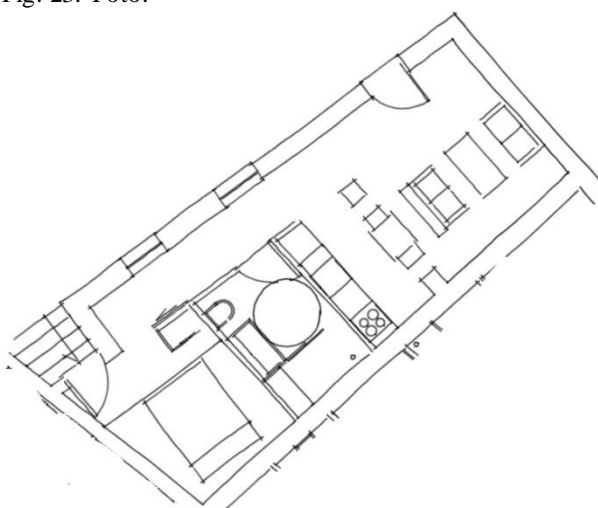


Fig. 24: Planta do piso 0.

SPA

Esta casa encontra-se do lado oposto da casa F. É constituída igualmente por um piso e um telhado de suas águas e a fachada principal está virada para sudeste. Este edifício, apesar de ter um carácter público, seguiu a mesma filosofia de criar espaços amplos com o menor número possível de divisórias. A zona de serviço é composta por um balcão onde será feito o atendimento e a venda de produtos, por um pequeno armazém, que servirá para guardar produtos para uso do SPA e para venda e por uma pequena casa de banho de serviço. A zona pública é composta pela zona de atendimento e por duas salas onde serão feitos tratamentos de relaxamento. Estas salas serão apoiadas com uma casa de banho, onde os clientes podem trocar de roupa, preparar-se para a sessão de massagens e tomar banho para retirar produtos utilizados (como argila e óleos).

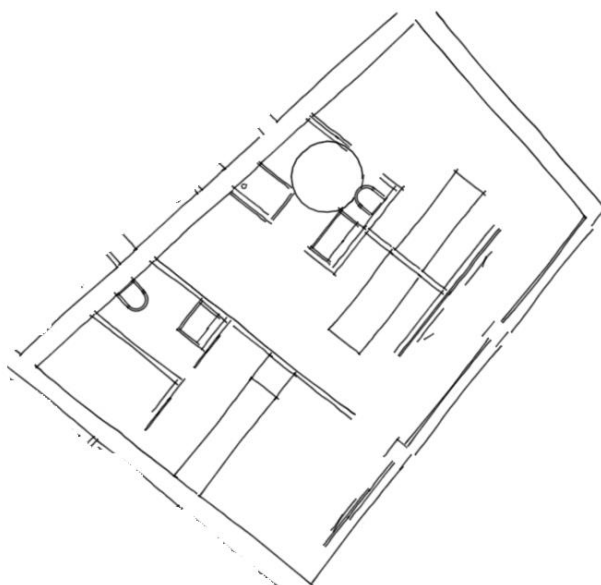


Fig. 25: Planta do piso 0.

Restaurante

O restaurante e o bar são a ex-libris deste projecto, por possuir uma paisagem lindíssima da encosta. Este restaurante destinar-se-á não só para clientes do empreendimento turístico, mas também para locais e visitantes. A aposta é criar um ambiente agradável voltado para a paisagem. É constituído por três casas, uma delas, encontra-se num piso intermédio que será a cozinha e dará apoio tanto ao restaurante como ao bar, através de dois patamares elevatórios (uma para os pratos já elaborados e outro para as loiças já utilizadas). O restaurante encontra-se no piso térreo, de fácil acesso. A zona de serviço é constituída pelo balcão de atendimento e um acesso vertical (escadas), que dá acesso à cozinha. A zona pública é constituída pela entrada do restaurante, que servirá como uma pequena sala de espera (caso seja necessária), a zona de restauração (que dará lugar a 72 pessoas, onde 36 destes serão na esplanada) e 3 casas de banho (que servirão para o sexo masculino, feminino, para pessoas com mobilidade condicionada e para serviço). No piso superior encontra-se o bar, onde a entrada é feita por umas escadas características da zona. A planta é igual ao restaurante e tem lugar para 21 pessoas sentadas.



Fig.26: Foto.

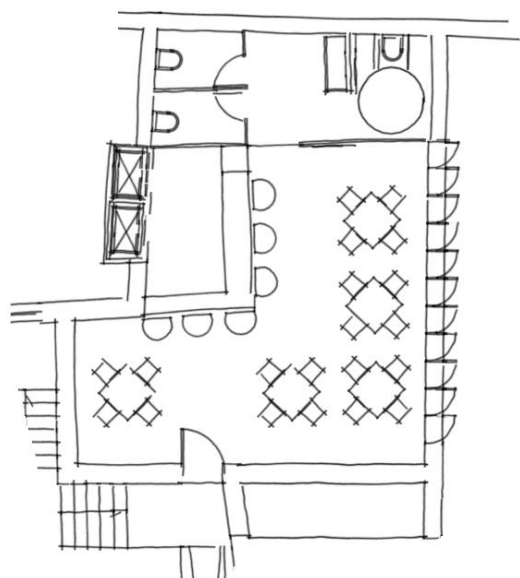
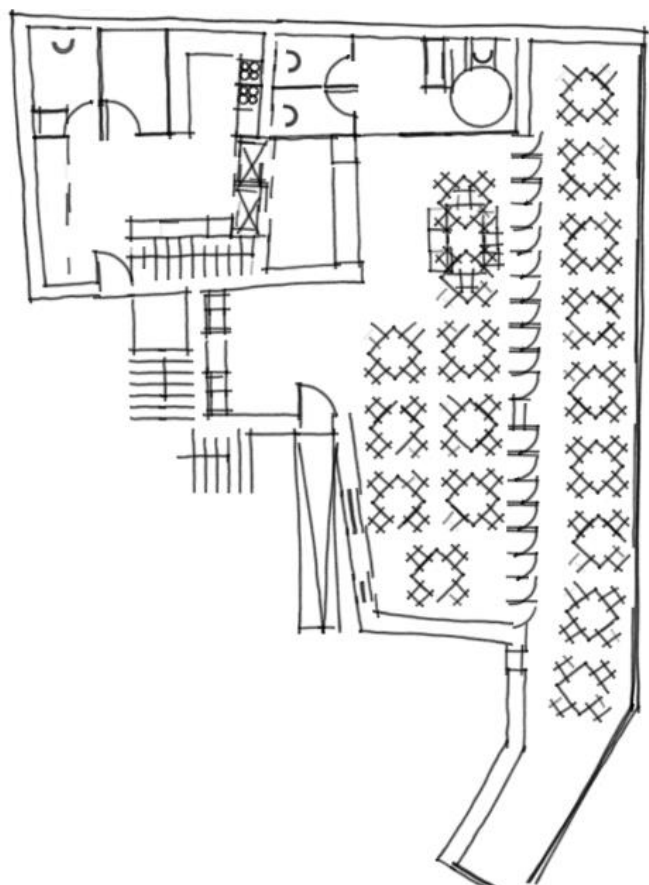


Fig.27 e 28: Planta do piso 0 e 1.

Serviço

A zona de serviço será composta por dois edifícios, de dois pisos e telhado de duas águas e a fachada principal está voltada para sudoeste.

No primeiro piso encontra-se dois balneários, um armazém e dois acessos verticais (escadas e elevador). Optei por colocar um elevador (1,30x2,00m) porque no piso superior encontra-se a sala de manutenções e a lavandaria, o que exige o transporte de equipamentos pesados.



Fig. 29: Foto.

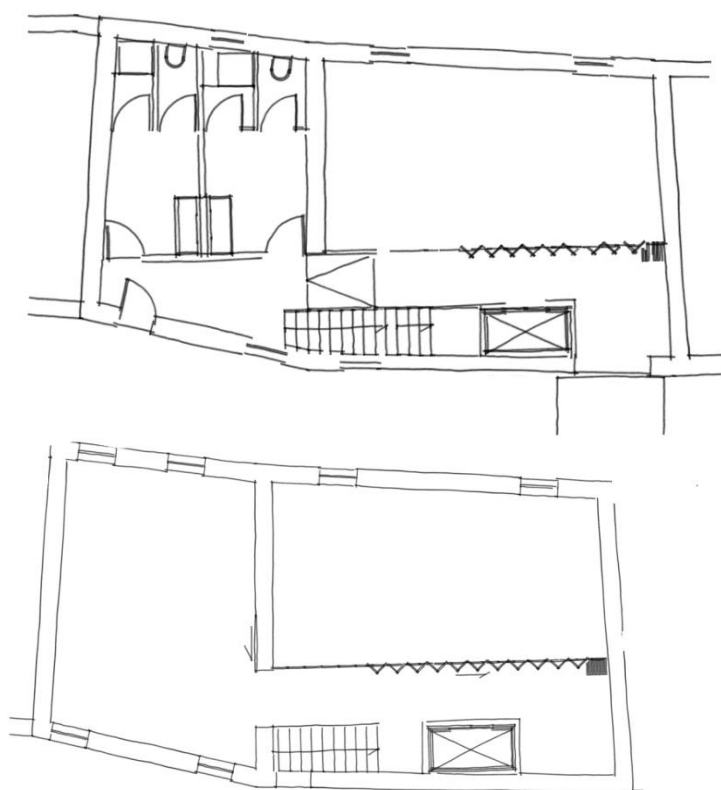


Fig. 30 e 31: Planta do piso 0 e 1.

Medidas de construção sustentável

O sistema terrestre é finito, materialmente fechado e não cresce, portanto tenho que utilizar de forma mais eficiente e produtiva os recursos naturais

A minha intervenção tem como objectivos seguir princípios bioclimáticos (reduzir as necessidades energéticas, conforto com métodos passivos, implantação, orientação, forma do edifício, materiais e vegetação), seguir uma arquitectura sensata, fazer com que as habitações habitem na paisagem e participar e inserir no meio social.

De acordo com a integração com o território foi feito um estudo das particularidades do território (geografia, geologia, cultura e tradicionais locais), tive em conta a topografia, as vistas e características climáticas (direcção dos ventos dominantes, ângulos máximos e mínimos de incidência do sol em diferentes estações do ano e possíveis obstruções produzidas pelo relevo e pela vegetação), obstáculos desagradáveis (nas quais não existem), estudei os recursos locais disponíveis e preservei a vegetação local e espécies locais.

Para o controle do ciclo da água sugiro instalações sanitárias que optimizem o consumo da água e reciclar águas cinzentas (provenientes das cozinhas e banhos).

Em relação à saúde e conforto ambiental utilizei ventilação natural, onde é possível renovar o ar, minimizei o grau de toxicidade, através de materiais e revestimento, as janelas estarão na posição basculante e as superfícies interiores serão permeáveis.

Quanto aos materiais, preferi os materiais renováveis (madeira), reciclados e recicláveis e aqueles que precisam de pouca energia para a sua produção e preferir materiais produzidos na região para limitar o transporte (fonte de contaminação) e assim desta forma favorecer a economia local. Para reduzir a quantidade de resíduos, projectei e proponho construir tendo em conta as dimensões da fabricação para minimizar a quantidade de material desperdiçado e residual e no final da vida de um edifício, muitos dos materiais e componentes devem ser reutilizados ou reciclados.

Os conceitos que utilizei para a valorização social são: criar espaços públicos onde as pessoas podem interagir livremente de forma planeada ou através duma transformação evolutiva e espontânea, desta forma vai existir uma maior identificação das pessoas com o espaço (aumento da integração social, qualidade de vida e a forma como agem entre si); criar um ambiente compacto e multifuncional, que fará com que as pessoas se sintam seguras, existir um relacionamento dos turistas com a população local,

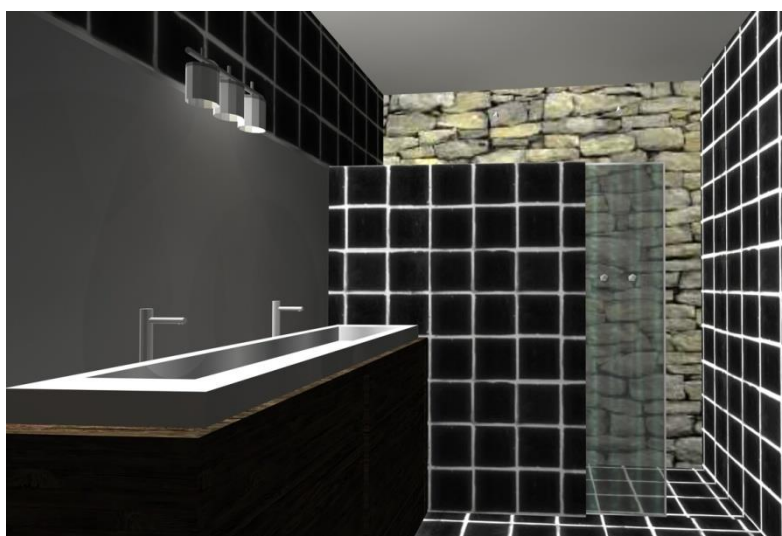
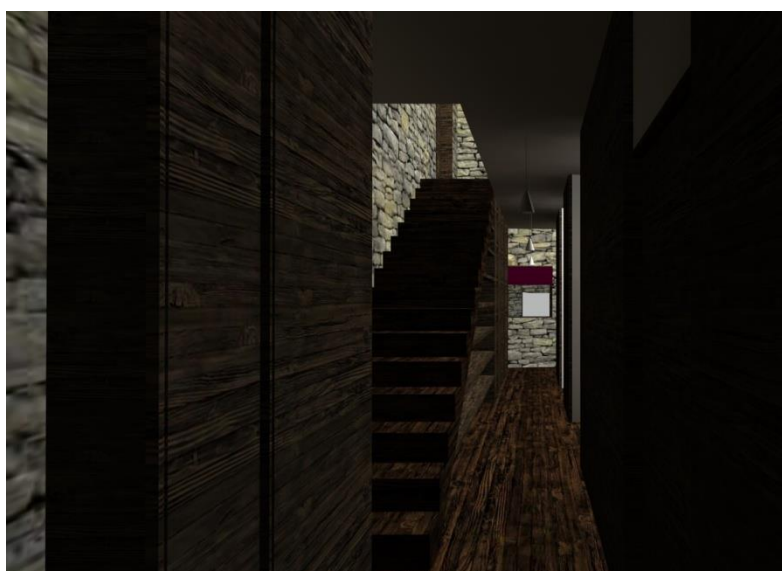
minimizar os impactos negativos sobre a população local e facilitar a comunicação entre os utilizadores da mesma habitação e os habitantes serão os gestores deste centro turístico, desta forma os lucros ficarão na região e darão empregos aos habitantes locais. Para um conforto térmico (aquecimento, água quente, arrefecimento), conforto aos odores e sabores, conforto acústico e conforto visual (iluminação natural e artificial), tem que existir medidas par um controle das necessidades energéticas, nas quais destaco: orientação das fachadas principais e dos espaços de permanência, proporção adequada das áreas envidraçadas, tendo em conta a orientação solar, as características dos vidros (triplos, por ser uma região fria e passar períodos rigorosos, no inverno chega a atingir -4), caixilharias de qualidade, sombreamento exterior com o uso de árvores de folha caduca, para cobrir os raios de sol no verão e permitir a sua entrada no inverno (apenas aonde necessário, como na fachada principal do SPA e no restaurante), isolamento térmico aplicado de forma continua pelo exterior, inércia térmica, ventilação natural e arrefecimento passivo, permeabilidade das superfícies em contacto com o ar interior, implantação que optimize a orientação de acordo com as características climáticas; a forma do edifício (compacta nas regiões com climas frios para reduzir as perdas térmicas, mas já acontece, porque vou restaurar casas abandonadas e elas já apresentam essa característica), sugestão de uma bomba de calor e se possível reversível, para refrigerar a casa no verão, captadores solares para agua quente sanitária, painéis solares, ventilação de duplo fluxo com recuperador de calor de alto rendimento, electrodomésticos de alto rendimento (classe A).

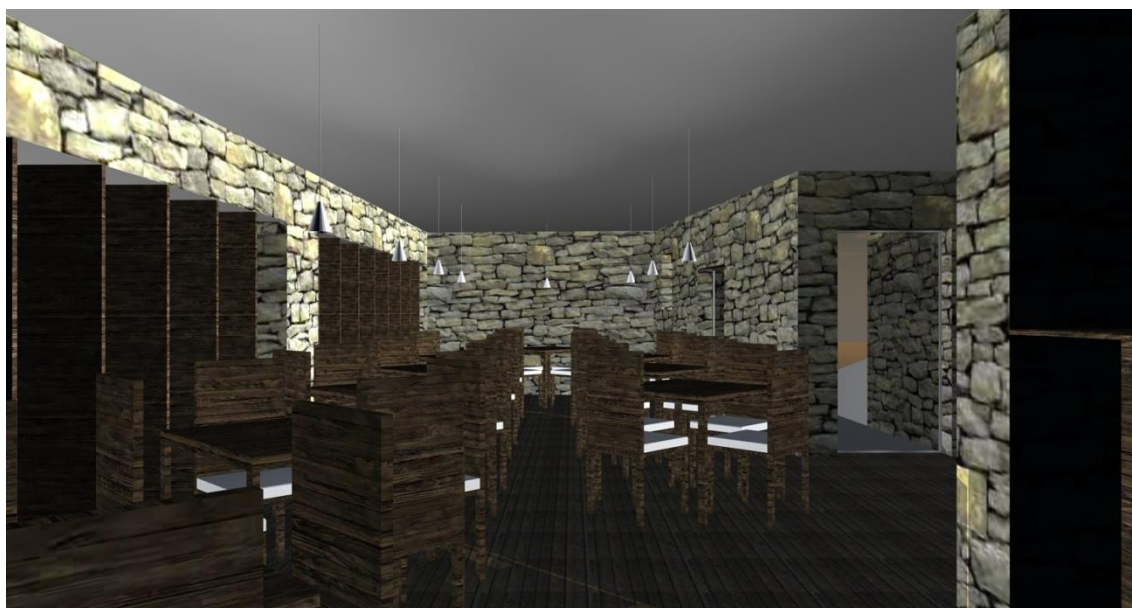
Outros aspectos a salientar são:

- A flexibilidade usada no espaço habitável, por isso é que criei as paredes deslizantes, para fazer mais uso ao espaço e não haver limites.
- Espaços de transição e de circulação, porque o corredor é um elevado grau de comunicação e de integridade entre espaços principais da habitação e que podem também desempenhar funções.
- Eliminação de halls de entrada, por serem um desperdício de espaço e as casas em estudo já são bastantes pequenas.
- Salas amplas, por ser uma extensão da identidade colectiva da família.

Anexos I

Anexos II





Bibliografia

- A.A.V.V., 2000. Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local, D.G.O.T.D.U.
- A.A.V.V., 2001. A Green Vitruvius, Principios e Práticas de Projecto para uma Arquitectura Sustentável. Ordem dos Arquitectos.
- A.A.V.V., 2002. Cadernos Edifícios n.º 2, Revestimentos de Paredes em Edifícios Antigos, LNEC.
- A.A.V.V., 2006. Arquitectura y Sostenibilidad, Biblioteca TC.
- A.A.V.V., 2007. Pequenas Casas Ecológicas. Evergreen.
- Alfaiate, M., 2000. Expressão dos valores do sítio na Paisagem. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.
- Almeida, F., 2007. Os Desafios da Sustentabilidade, uma ruptura urgente, Campus.
- Amado, M., 2005. Planeamento Urbano Sustentável. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Brandi, C., 2005. Teoria da Restauração, Ateliê Editorial.
- Casella, G., 2003. Gramáticas de Pedra, Levantamento de Tipologias de Construção Muraria, Centro Regional de Artes Tradicionais.
- Coignet, J. e Coignet, L., 2006. Restaurar una Casa Antigua, Ceac.
- Cordeiro, G., 2008. A Rua: espaço, tempo, sociabilidade. Índias; Vidal, Frédéric, Livros Horizonte.
- Cullen, G., Ed. 2008. Paisagem Urbana. Lisboa: Edições 70.
- Delft University of Technology, Smithson, A. [ed. lit.], 1991. Team 10 Meetings: 1953 – 1984. Delft: Delft University of Technology. Faculty of Architecture: Publikatieburo Bouwkunde.
- Eckbo, G., 1950. Landscape for living. em “Theory in Landscape Architecture – A reader”, Swaffield, S. (eds.), p. 9-11.
- Edwards, B. e Hyett, P., 2004. Guía Básica de la sostenibilidad. Spain: Editorial Gustavo Gili.
- Feurstein, G., 2002. Biomorphie architecture: human and animal forms in architecture. Stuttgart: Axel Menges.
- Hall, P., 1992. Urban & Regional Planning. London & New York: Routledge.
- Jodidio, P., 2008. 100 Contemporary Architects. USA: Taschen, 25th anniversary.
- LEE, V., 2001. Espacios Recicladados: Como Convertir Edifícios em Desuso, Ediciones Gramma.

- Lynch, K., 2008. A Imagem da Cidade. Lisboa: Edições 70.
- Magalhães, M., 2001. A Arquitectura Paisagista – Morfologia e Complexidade - - Editorial Estampa.
- MAIA, M., 2007. Património e Restauro em Portugal, Edições Colibri.
- Mostaedi, A., 2003. Sustainable Architecture, Hightech houses, Links Books.
- Neufert, E., 2008. Arte de Projectar em Arquitectura, 17ª edição. Spain: Editorial Gustavo Gili.
- Olgay, V., 2002. Arquitectura y Clima, manual de disenõ bioclimático para arquitectos y urbanistas, GG.
- Regulamento Geral das Edificações Urbanas, (RGEU), 2005. Colecção Regulamentos, nº8. Portugal: Porto Editora.
- Roaf, S. e Fuentes, M. e Thomas, S., 2006. Ecohouse: A Casa Ambientalmente Sustentável, Bookman.
- Rodrigues, J., 1983. Eco-desenvolvimento, Arte, Urbanismo e Arquitectura. Porto: Edições Figueirinhas.
- Rodrigues, J., 2006. Sociedade e Território – Desenvolvimento Ecologicamente Sustentado. Porto: Profedições.
- Solanas, T. e Gustavo, G., 2007. Vivienda y Sostenibilidad en España – vol.1: unifamiliar.
- Tello, A., 2006. Pessoas e lugares .Jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader+, , II série, nº39

Documentação electrónica:

- Rodrigues, J., O Desenvolvimento deve ser Ecologicamente Sustentado – www.apagina.pt (03-04-2009)
- Rodrigues, J., Um estágio em agro-ecologia com Emmanuel Rolland. A Página da Educação – www.apagina.pt. (03-04-2009)
- Rodrigues, J., Ideias para a sustentabilidade – www.apagina.pt. (03-04-2009)
- Rodrigues, J., Ecologia pedagógica – www.apagina.pt. (03-04-2009)
- Rodrigues, J., Ecologia e construção – www.apagina.pt. (03-04-2009)
- International Institute for Sustainable development - Betting living for all - <http://www.iisd.org/> (019-04-2009)
- FRANCISCO, F., Ecocriações, Arquitectura Sustentável – <http://ecocriacoes.blogspot.com/> (19-04-2009)